

A avaliação do Fome Zero

Em simpósio do Bird, especialistas discutem como saber se programas sociais dão certo

DANIELA KRESCH
ENVIADA ESPECIAL DO JB

FORTALEZA – O governo Lula começou a usar como laboratório as cidades de Guaribas e Acauã, no Piauí, para observar se o Fome Zero, menina dos olhos do presidente Lula, dará certo. O ensaio está cercado de cuidados e os missionários do ministro José Graziano, da Secretaria de Segurança Alimentar, buscam idéias para medir sua eficácia. No dia do lançamento oficial do programa, um manancial de sugestões jorrava em Fortaleza, no Ceará. Coordenado pelo Banco Mundial (Bird), economistas, estudiosos, políticos, clérigos e antropólogos se reuniram para responder uma pergunta espinhosa: como medir políticas de combate à pobreza?

Não é nada fácil. Antes de im-

plementar um programa como o Fome Zero, como saber se os beneficiados são os que mais o necessitam? Após a implantação, como provar que as pessoas estão mesmo se alimentando melhor? Finalmente, como garantir que a fome não voltará?

Fora isso, a neutralidade da avaliação também é fundamental.

– Queremos acabar com as caixas pretas do sistema de avaliação de políticas públicas – afirmou Ricardo Henriques, secretário executivo do Ministério de Assistência e Promoção Social e um dos primeiros a discursar no “2º Encontro sobre Metodologias de Avaliação e Acompanhamento das Políticas de Combate à Pobreza”.

Henriques não era o único re-

presentante do governo. Mauro Del Grossi, responsável pela área de pesquisas do Fome Zero, deixou de ir ao Piauí para anotar cada palavra dos especialistas. Afinal, entre as críticas à desorganização do Fome Zero está a de que o programa não tem um sistema de avaliação definido.

Ricardo Henriques resumiu o que considera ser uma metodologia completa: eficiência, eficácia, adequabilidade, focalização, igualdade e sustentabilidade – para que não se caia “nas armadilhas de governos anteriores”. Além disso, é fundamental que se faça um mapeamento de todas as políticas já existentes para não perder tempo e verba. Ele foi corroborado pelo senador Tasso Jereissati.



HENRIQUES

– Não pode haver superposição de projetos. É perda de dinheiro – disse Tasso.

O ex-governador do Ceará também concordou com a questão da sustentabilidade ao afirmar que, no Estado, há ações de combate à fome que deveriam continuar e outras que poderiam ser descartadas. E ressaltou que qualquer avaliação de um projeto como o Fome Zero deve ser feita por alguma instituição independente e neutra.

O assessor especial de Lula e coordenador de Mobilização Social do Fome Zero, Frei Berto, mostrou ter fé nas comunidades. Segundo ele, são elas que vão avaliar o sucesso do Fome Zero.

– Só quem nunca trabalhou com o povo é que não sabe: eles são os melhores fiscais.

danielak@jb.com.br



Os economistas André Urani (à esquerda) e Marcelo Néri (no telão) durante um dos painéis do encontro

Pesquisas são maior desafio

FORTALEZA – Para o economista do Bird Peter Lanjouw, o desafio na avaliação de políticas sociais está nas pesquisas. Só detectando quem precisa de ajuda é que se pode combater a fome. As cidades-teste para o Fome Zero têm péssimos índices de desenvolvimento humano (IDH), por isso foram escolhidas. Mas, para o economista Marcelo Néri, da FGY, repetir esse critério é premiar quem não avança.

Para o economista André Urani, ex-secretário de Trabalho do Rio, não é que faltem pesquisas, mas muitas deixam a desejar:

– Fizemos mil levantamentos no Rio, mas nenhum batia com os do IBGE – contou, durante o encontro no Ceará.

Elisa Caillaux, do IBGE, disse que é preciso desenvolver levantamentos quantitativos e qualitativos. O Censo, que atinge a todos, não pinta um retrato perfeito da situação social. Já entrevistas profundas podem pecar por não incluir estratos da sociedade. O IBGE planeja aumentar o escopo de um de seus mais importantes levantamentos, a Pesquisa por Orçamento Familiar (POF). A próxima terá novidades como perguntar peso, altura, religião e raça.

Profundidade é também o que prevê o *Peer Ethnographic Tool* (PET), desenvolvido por David Lewis, do Department for International Development (DFID) e a antropóloga brasileira Regianne Medeiros. A idéia é treinar gente para entrevistar 5 ou 6 pessoas, apenas, mas detalhadamente e por até três meses. (D.K.)

Banco Mundial vai ajudar

Instituição financiará estudos para programa

FORTALEZA – A frase enfeitada o hall da sede do Banco Mundial, em Washington: “Um mundo sem pobreza”. Não é a toa que o Bird acompanha com entusiástico interesse o Fome Zero. Afinal, tem sido criticado por não conseguir alcançar esse objetivo, mesmo com toda a boa vontade.

Sexta-feira, Peter Woicke, principal executivo da Corporação Financeira Internacional (IFC, inglês), um dos braços do banco, anunciou, em São Paulo, que financiará estudos para estabelecer uma forma de cooperação entre o setor privado e 900 prefeituras do Fome Zero.

Mas essa não é a única contribuição que o Bird fará ao progra-

ma, assegura a economista sênior do Bird Dorte Verner, que organizou o encontro em Fortaleza.

– O Banco vai usar recursos financeiros, pessoal altamente treinado e sua ampla base de conhecimentos.

Durante o evento, Dorte, que chefiava o escritório do Bird no Nordeste, elogiou o Fome Zero, mas advertiu:

– A experiência internacional mostra que o Brasil não deveria apenas transferir alimentos, mas fazer transferências monetárias pedindo sempre contrapartidas. Assim, evita-se desvios. Um exemplo é o Bolsa-Escola, em que a mãe só recebe se o filho estiver estudando.

Outro especialista do Bird, o brasileiro Francisco Ferreira con-

tou que programas como o Bolsa-Escola têm se espalhado pelo mundo. Porém, apesar das vantagens, como aumentar a frequência escolar, eles não reduzem a pobreza tanto quanto se almeja. Um dos problemas é o público al-

vo: famílias sem crianças ou com jovens acima de 15 anos acabam saindo do foco. E a baixa qualidade das escolas pode por tudo a perder.

Ferreira sugere a criação de um Seguro Social Universal, ao qual qualquer família que esteja abaixo de uma determinada linha de pobreza teria acesso. O SSU variaria dependendo da presença, na família, de crianças, gestantes, idosos sem aposentadoria ou deficientes. Isso definiria o mapa de distribuição de subsídios. (D.K.)



DORTE VERNER